

Plano de integridade: preconceito de classe social

[Imprimir](#)

O preconceito de classe social refere-se ao tratamento desigual entre as pessoas devido à sua situação econômica, nível de escolaridade, acesso à renda e bens de serviço e consumo. Atinge, sobretudo, quem vive em situações de pobreza e falta de recursos. A discriminação e a exclusão podem ocorrer, inclusive, entre pessoas de um mesmo grupo social.

O assunto é tema dos eixos "Promoção da ética e de regras de conduta para servidoras e servidores" e "Tratamento de denúncias e reclamações" do (<https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca/programa-de-integridade?SearchableText=plano%20de%20integridade>) Plano da Integridade (<https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca/programa-de-integridade?SearchableText=plano%20de%20integridade>).

Esse tipo de preconceito surgiu, da maneira como conhecemos hoje, no século XIX, juntamente com o estabelecimento da sociedade de classes, em meio à industrialização das cidades ocidentais. Intensificaram-se, nesse período, as diferenças de estilos de vida, de condições de trabalho e de padrões de consumo. Com a consolidação do capitalismo, o filósofo Karl Marx definiu a distinção entre a burguesia e o proletariado. As disparidades entre ambos foram determinantes para a discriminação e a desigualdade social.

Atualmente, quase 27 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza no Brasil, segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas (<https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-acentua-pobreza-e-e-tema-debate-fgv>) (FGV). Em 2019, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Datafolha (<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/01/1986041-preconceito-por-genero-e-cor-dobra-em-uma-decada.shtml>), 30% dos brasileiros afirmaram ter sofrido algum tipo de preconceito por sua classe. Além disso, o país ocupa apenas a 60ª posição em um ranking divulgado pelo Fórum Econômico Mundial (<https://www.weforum.org/reports/global-social-mobility-index-2020-why-economies-benefit-from-fixing-inequality>) em 2020, que avalia a mobilidade social. Significa, portanto, que não é comum que pessoas que sofrem pela desigualdade consigam ascender economicamente.

Direitos

A Constituição Federal de 1988 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) estabelece no Art. 3º como objetivos fundamentais a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais. Segundo o Art. 6º são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social e a proteção à maternidade e à infância, além da assistência aos desamparados.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>) (DUDH) declara que todas as pessoas têm direito à proteção da lei, incluindo contra discriminações que violem o estabelecido pelo documento. Assegura também os direitos econômicos, sociais e culturais, bem como a

segurança social, a manutenção de um padrão de vida que lhe garanta a saúde, o bem-estar e o acesso à instrução.

Outra medida que busca reduzir a desigualdade são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>) (ODS), do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). As metas estabelecidas pelo Objetivo 1 (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/1>) visam "acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares". Para isso, busca-se implantar medidas e sistemas de proteção social para atingir as pessoas mais vulneráveis. O propósito é que todos os homens e mulheres tenham direitos iguais aos recursos econômicos, aos serviços básicos e às propriedades (terra, herança, novas tecnologias apropriadas, etc).

Canais de denúncia no TRE-PR

Ouvidoria

Acesse aqui o formulário eletrônico (<https://www.tre-pr.jus.br/o-tre/ouvidoria/fale-com-a-ouvidoria-1/formulario-eletronico-ouvidoria>)

(41) 3330-8474 e 3330-8844 / WhatsApp (exclusivo para mensagens de texto) - (41) 9631-9920

Secretaria de Gestão de Pessoas

Acesse aqui o formulário eletrônico (<https://intranet.tre-pr.jus.br/web/guest/servidores/fale-conosco-servidores>)

Corregedoria Regional Eleitoral

(41) 3330-8715/ (41) 3330-8327/ (41) 3333-1860 / cre@tre-pr.jus.br (<mailto:cre@tre-pr.jus.br>)

Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do TRE-PR

(41) 3330-4874 / mjardim@tre-pr.jus.br (<mailto:mjardim@tre-pr.jus.br>)

Canais de denúncia externos

Para denunciar preconceito de classe social é possível recorrer ao (<http://crianca.mppr.mp.br/pagina-3.html>) Disque 100 (<http://crianca.mppr.mp.br/pagina-3.html>) (Disque Direitos Humanos), que recebe denúncias que envolvem a violação dos direitos de toda a população.

Texto: Carla Tortato

Revisão: Marden Machado e Beatriz Tedesco

Arte: Seção de Design Visual

Coordenação: Rubiane Barros Barbosa Kreuz

CCS/TRE-PR

Por: Coordenadoria de Comunicação Social

Publicado em: 03/08/2021 | 13:55

Última alteração: 03/08/2021 | 13:58

9 Visualizações